



## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO A POBREZA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LOCAL NO MUNICÍPIO DE SANTA INÊS – BA

Lucas Bastos dos Santos\*

O Programa Bolsa Família é um programa social de transferência direta de renda do governo federal, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, visando combater a miséria e a exclusão social, promovendo a inclusão e emancipação das famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. Atualmente, o PBF beneficia mais de 13,6 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros, como é o caso do município de Santa Inês – BA, onde 53,44% das famílias são beneficiadas, sendo esta a principal e/ou a única fonte de renda. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo avaliar a situação do Programa Bolsa Família do município de Santa Inês/BA, tendo como recorte analítico a importância para o desenvolvimento social e econômico no município, apresentando uma breve revisão teórica sobre os Programas de Transferência de Renda, confrontando tais informações com os dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada que utiliza métodos descritivos, de objetivo exploratório, com abordagens qualitativas. Constatou-se a eficácia do Programa Bolsa Família na redução da pobreza no município, com efeitos positivos na melhoria das condições de vida das famílias, contribuindo na qualidade de vida e bem-estar da população, além de impactar diretamente no desenvolvimento econômico e social local. Espera-se, com este trabalho, fornecer subsídios importantes para uma reflexão mais aprofundada sobre o funcionamento do programa local e nacional, uma vez que estimula a economia, melhora a renda, o consumo, a qualidade de vida e os indicadores sociais como um todo.

**Palavras chave:** Políticas e programas sociais, Bolsa Família, Transferência de Renda, Desenvolvimento Social.

### ABSTRACT

The Bolsa família program is a social program of direct transfer of income from the federal government, directed to families in poverty and extreme poverty throughout the country, aiming at combating poverty and social exclusion, promoting the inclusion and emancipation of families who are at risk and socially vulnerable. Currently, the PBF benefits more than 13.6 million of families living in all Brazilian municipalities, as is the case of the municipality of Santa Inês – BA, where 53.44% of the families are benefited, being the main and/or the only source of income. In this sense, the present article aims to evaluate the situation of The Bolsa família program in the municipality of Santa Inês/Ba, having as analytical cut the importance for the social and economic development in the municipality, presenting a brief theoretical review on the Income Transfer Programs, confronting such information with data from the Single Register for Social Programs from the Federal Government - CadÚnico. It is an applied

\* Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB); Cruz das Almas – BA.

Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4347930D7>

E-mail: [lucasbastos91@hotmail.com](mailto:lucasbastos91@hotmail.com)

research uses methods descriptive, exploratory goal, with qualitative approaches. It was found the effectiveness of the Bolsa Família Program on poverty reduction in the municipality, with a positive effect on the improvement of the living conditions of families, contributing to the quality of life and well-being of the population, in addition to impacting directly on local social and economic development. It is expected, with this work, provide important subsidies for a more profound reflection on the functioning of the local and national program, once that stimulates the economy, improve income, consumption, quality of life and social indicators as a whole.

**Keywords:** Social policies and programs, Bolsa Família, transfer income, Social Development.

## INTRODUÇÃO

A ampliação da cobertura da política social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, conjugando programas de natureza universal na educação, saúde, trabalho e assistência social, com ações de cunho redistributivo e de promoção de acesso aos direitos sociais como o Programa Bolsa Família (PBF), vem exigindo esforços crescentes do campo de monitoramento e avaliação de programas sociais no país, despertado o interesse de número crescente de técnicos do setor público, pesquisadores acadêmicos e profissionais de consultoria para melhor conhecimento dos públicos-alvo de cada programa, do processo de implementação desses e dos resultados e impactos das intervenções, no tempo adequado à apropriação na decisão para as diferentes etapas do ciclo de um programa (JANNUZZI, 2011; JANNUZZI 2014). Insere-se, neste contexto, a abordagem das políticas públicas voltadas para a assistência social<sup>1</sup>, especialmente as que visam ao combate à fome e à pobreza e inclusão de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social.

Almeida (2008) aponta que os maiores problemas na dimensão dessas políticas públicas são a eficiência, a eficácia e a sua continuidade, o que deixa aberto o caminho dessas iniciativas, isto é, se elas poderão representar casos concretos de políticas públicas, se são apenas programas que duram determinado período, se são apenas instrumentos sem políticas bem direcionadas ou ainda políticas com instrumentos ineficazes (ALMEIDA, 2008). Neste sentido, urge a necessidade de trabalhos que visem avaliar e ampliar e fortalecer o diálogo e a articulação

---

<sup>1</sup> Com a promulgação da Constituição da República Federal de 1988, a assistência social passou a ser inscrita como política pública, na qualidade de um direito fundamental e social. A Carta magna em seu artigo 203, estabelece que: Art. 203[4]. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

desses programas e das instituições públicas envolvidas, com perspectiva de desenvolvimento local para a inclusão social e a capacidade de ação dos agentes envolvidos nessas políticas públicas.

O presente trabalho tem como temática os Programas de Transferência de Renda, especificamente o Programa Bolsa Família, entendendo que o mesmo, para além da transferência monetária, possibilita um melhoramento das condições de vida de seus beneficiários, ainda que seja a médio e longo prazo, apresentando a realidade do município de Santa Inês/BA.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa que, de acordo com Claro (1998), “mede as variáveis que expressam atributos e qualidade, medindo a presença ou a ausência de algo, ou mesmo medir o grau em que algo está presente”. A pesquisa também se caracteriza como sendo exploratória, visto que se pretende investigar um fenômeno dentro do seu contexto real, utilizando-se de fontes bibliográficas e documentais.

O trabalho apresenta uma breve revisão teórica sobre os Programas de Transferência de Renda, sobretudo o Bolsa Família, confrontando tais informações com os dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), compreendendo de que forma o Programa Bolsa família tem influenciado o desenvolvimento social e econômico do município.

A relevância do tema parte da compreensão de que o PBF é um importante programa de transferência de renda no campo das políticas públicas brasileiras que tem como implicação o desenvolvimento econômico do Brasil na medida em que enfrenta situações de desigualdades sociais.

### **O município de Santa Inês – Ba**

O município de Santa Inês está localizado na região do Vale do Jiquiriçá, no estado da Bahia, a uma distância de 300 quilômetros da capital do estado (Salvador – Bahia). Sua população estimada em 2010, segundo o censo demográfico, foi de 10.363 habitantes. Possui uma área de 357,657 km<sup>2</sup>. Município criado com território desmembrado de Areia (atual Ubaíra), por Lei Estadual, de 22.07.1924, com a denominação de Santa Inês. A sede, formada distrito com o topônimo de Curato de Santa Inês, em 1893, foi elevada à condição de cidade por Lei Estadual, de 18.05.1927. Quanto ao nível socioeconômico pode-se dizer que a comunidade é formada em sua maioria pela classe baixa e média, uma vez que grande parte das pessoas são assalariadas e outras retiram o sustento das atividades da pecuária, agricultura, setor

informal, bicos, mão de obra para a construção civil (pedreiros, pintores, eletricitas, etc.), e outros (IBGE, 2010).



Figura 1- Mapa de Santa Inês – BA. Fonte Google Maps

## **PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA - O BOLSA FAMÍLIA**

Os avanços alcançados no campo do enfrentamento da pobreza e desigualdade social no Brasil, sobretudo partir de 2003, no processo de evolução das políticas sociais país, está direta e indiretamente associada à estruturação do conjunto das políticas públicas motivada pela Constituição Federal de 1988, ou seja, a consolidação de grandes e complexas estruturas verticais de intervenção do Estado de Bem-estar Social possibilitou alcançar resultados positivos no Brasil mais rapidamente e na mesma direção dos anteriormente já alcançados pelos países desenvolvidos (IPEA, 2010).

Amplia-se, neste sentido, o conceito de desenvolvimento, colocando a questão social, a fome, a pobreza em pé de igualdade com as questões de ordem econômica. Desde então, tem-se investido em políticas públicas afirmativas de reparação social, tendo como uma das estratégias os Programas de Transferência de Renda, tido como um direito social que assegura a sobrevivência de famílias em situação de pobreza, por meio do acesso a renda, e a promoção da autonomia dessas famílias, que acabam substituindo ou complementando outros tipos de intervenções (BURLANDY, 2007).

Os programas brasileiros de garantia de renda mínima têm como proposta promover a articulação com outras políticas e programas sociais, criando a possibilidade de, em tese, romper com a fragmentação típica das políticas sociais brasileiras e facilitar a adoção de ações intersetoriais (SENNÁ et al. 2007). É neste contexto que se insere o Programa Bolsa Família

(PBF)<sup>2</sup>, criado em 2003, e atualmente considerado maior Programa de transferência de renda do mundo, definido pelo MDS como:

um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família (BRASIL, 2018).

O PBF beneficia atualmente mais de 13,6 milhões de famílias em situação de extrema pobreza (renda per capita mensal de até R\$ 85,00) e pobreza (renda per capita mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00) em todos os municípios brasileiros, visando combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias mais pobres do nosso país (IPEA, 2010, BRASIL, 2018). Ao entrarem no programa, as famílias recebem o benefício mensalmente e, como contrapartida, cumprem compromissos nas áreas de saúde e educação. Ainda segundo o MDS, O Bolsa família repassa entre R\$ 39 e R\$ 372 para os inscritos no programa, a depender do número de filhos do beneficiário. Os valores repassados, apesar de pequenos, acabam significando parte importante da economia dos municípios mais pobres do Brasil. Os valores repassados pelo programa representam mais de 6% do PIB local para 579 municípios (BRASIL, 2018). Dados do MDS apontam que os beneficiários do Bolsa Família representam mais de um terço da população de 11 Estados brasileiros, todos das regiões Norte e Nordeste. No Brasil, 21% da população vive com os benefícios do programa<sup>3</sup> (BRASIL, 2018).

### **Os Reflexos do Programa Bolsa Família no município de Santa Inês - BA**

Como já apontado, o Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, está presente em todos os estados da federação, atendendo famílias que estão em situação de pobreza e extrema pobreza. Em todo o país, segundo dados da Caixa, o Bolsa Família atende mais de 13, milhões de brasileiros, o que demonstra o grande número de famílias brasileiras que se encontram em situação de vulnerabilidade e que dependem do benefício.

---

<sup>2</sup> O Programa Bolsa Família, criado pela lei número 10.836, de 2004, surge com a proposta “a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – “Bolsa Escola”, instituído pela Lei n.º 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, criado pela Lei n.º 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde – “Bolsa Alimentação”, instituído pela medida provisória n.º 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto n.º 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto n.º 3.877, de 24 de julho de (BRASIL, 2018).

Em Santa Inês, do contingente populacional de 10.363 (IBGE, 2010), no ano de 2018, 2.737 famílias são beneficiárias pelo Programa Bolsa Família. Essas famílias equivalem, aproximadamente, a 53,44% da população total do município, e inclui 1.341 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. No mês de agosto de 2018 foram transferidos R\$ 484.192,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 176,91 por família, de acordo com o Relatório do Bolsa Família e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2018 2)

### **O Cadúnico:**

O Cadastro Único (Cadúnico) é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza. Com base nessas informações os governos Federal, Estadual e Municipal são capazes de identificar as famílias vulneráveis e implantar políticas públicas capazes de promover a melhoria em suas vidas. No programa só devem ser cadastrados as famílias de baixa renda, com ganho de até meio salário mínimo por pessoa, ou que a renda mensal da família não passe de três salários mínimos (BRASIL, 2018 3)

Segundo o MDS (BRASIL, 2018 3), o cadastro único não fica restrito apenas para o Bolsa Família; diversos programas e benefícios do Governo Federal também utilizam as informações do Cadastro Único como Programa Minha Casa, Minha Vida, Bolsa Verde – Programa de Apoio à Conservação Ambiental, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Fomento – Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, Carteira do Idoso; aposentadoria para pessoa de baixa renda; Programa Brasil Carinhoso; Programa de Cisternas; Telefone Popular; Carta Social; Pro Jovem Adolescente; Tarifa Social de Energia Elétrica; Passe Livre para pessoas com deficiência; Isenção de Taxas em Concursos Públicos. Os Estados e municípios também utilizam os dados do Cadastro Único como base para seus programas sociais.

Atualmente, todos os municípios brasileiros já operam o Cadastro Único. Os dados do Cadúnico podem ser utilizados para o planejamento das ações e para a seleção de beneficiários dos programas sociais geridos pelo município. O município já vem realizando as atividades de cadastramento e possui 4.125 famílias inseridas no Cadastro Único, 3.692 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos, 3.315 famílias com renda até ½ salário mínimo; e 2.915 famílias com renda até ½ salário mínimo com o cadastro atualizado (BRASIL, 2018 2).

O Bolsa Família é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em parceria com os estados e municípios. O cadastramento das famílias e atualização da base de dados do Cadastro Único é feito pelas prefeituras, através das Secretarias de Assistência/Desenvolvimento Social e pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com base nestas informações o MDS seleciona as famílias que receberão o benefício. Atualmente, são elegíveis ao PBF, as famílias que tenham cadastros atualizados nos últimos 24 meses; renda mensal por pessoa de até R\$ 85,00 ou renda mensal por pessoa de R\$ 85,01 a R\$170,00, desde que possuam crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos em sua composição. Essas informações são a base de todos os dados, pois é a partir delas que é traçado o perfil e as condições econômicas que se encontram as famílias, para então poder ter o direito ao benefício do governo federal. As informações do CadÚnico são atualizadas no máximo a cada dois anos. Essas informações permitem saber: quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características de seus domicílios. É por meio dessas informações que as famílias cadastradas passam a receber o benefício do governo federal. No município, conforme os valores repassados pelo Bolsa Família, o programa se torna a principal fonte de renda das famílias santineenses.

Um dos principais objetivos do PBF é associar a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos: saúde, alimentação, educação e assistência social. Neste sentido, quando uma família entra no programa, ela e o poder público assumem compromissos para garantir o acesso de suas crianças e adolescentes à saúde e à educação. Esses compromissos são conhecidos como condicionalidades:

crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento de peso e altura; gestantes precisam fazer o pré-natal; crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% a cada mês; e jovens de 16 e 17 anos devem ter frequência escolar mínima de 75% das aulas a cada mês (BRASIL, 2018 2)

Segundo Bernardo e Salazar (2004), as condicionalidades visam certificar o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas. Representam o acesso a direitos que, a médio e longo prazos, aumentam a autonomia das famílias, na perspectiva da inclusão social. Elas também ampliam as condições para o aumento nas oportunidades de geração de renda das famílias. Nesse sentido, as condicionalidades representam resultados alcançados e que ainda serão, na medida em que estabelecem ações para a melhoria da qualidade de vida das famílias assistidas pelo Programa (BRASIL, 20182).

Em Santa Inês, 95,16% das crianças e jovens de 6 a 17 anos estão cadastradas no Programa Bolsa Família e têm acompanhamento da frequência escolar. A média nacional é de 92,57% o que evidencia que o programa tem um amplo alcance no município. Na área de saúde o município também supera a média nacional, onde o acompanhamento das famílias com crianças de até 7 anos ou gestante cadastrados no programa chega a ser 82,03% sendo que a média nacional é de 72,76% (BRASIL, 2018 2).

*Tabela 1 - Quadro-síntese - agosto de 2018 (BRASIL, 2018 2)*

Acompanhamento da Atualização Cadastral		Acompanhamento das condicionalidades de Educação		Acompanhamento das condicionalidades de Saúde		IGD-M	
Média Nacional	Município	Média Nacional	Município	Média nacional	Município	Média nacional	Município
0,70	0,87	0,93	0,95	0,78	0,82	0,73	0,88

Segundo o Relatório do Cadúnico, as famílias que descumprem as condicionalidades podem sofrer efeitos gradativos, que variam desde uma advertência, passando pelo bloqueio e suspensão do benefício quando o descumprimento é reiterado, até seu cancelamento em casos específicos. Esses efeitos são considerados sinalizadores de possíveis vulnerabilidades das famílias, pois demonstram que elas não estão exercendo seus direitos sociais básicos à saúde e à educação, determinando a priorização dessas famílias no Acompanhamento Familiar realizado pelas equipes da Assistência Social no município (BRASIL, 2018 2).

O município apresenta 6 famílias em fase de suspensão no período acompanhado (novembro de 2017) e nenhuma delas apresenta registro de Acompanhamento Familiar no Sistema de Condicionalidades do PBF. Esse registro é necessário para que estas famílias não deixem de receber os recursos do Bolsa Família, se for o caso.

Periodicamente, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) convoca as famílias beneficiárias do PBF para atualizarem seus cadastros nos processos de Revisão Cadastral e Averiguação Cadastral. Em cada um desses processos, as famílias são organizadas em grupos, com prazos diferenciados para a atualização cadastral. A listagem pode ser acessada online no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família. A Taxa de Atualização Cadastral (TAC) do município é de 87,93%, enquanto que a média nacional encontra-se em 73,16%. A TAC é calculada dividindo o número de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo com cadastro atualizado pelo total de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo, multiplicado por cem. Isso significa que o cadastro no seu

município está bem focalizado e atualizado, ou seja, a maioria das famílias cadastradas pertence ao público alvo (BRASIL, 2018 2).

Os recursos transferidos pelo programa do governo federal para os municípios apresentam um importante aumento nos últimos anos, sendo que o ano de 2017, mesmo diante dos cortes impostos pelo Governo Temer<sup>4</sup>, o ano de maior transferência de recursos no município, com R\$ 5.761.941,00 (cinco milhões setecentos e sessenta e um mil novecentos e quarenta e um reais), um aumento de 8% (R\$ 440.227 – quatrocentos e quarenta mil duzentos e vinte e sete reais) em relação ao ano anterior em que a transferência foi de R\$ 5.321.714,00 (cinco milhões trezentos e vinte um mil setecentos e quatorze reais). Os impactos desse programa na economia do pequeno município de Santa Inês são grandes, afetando direta e indiretamente a economia local, aumentando o consumo de produtos, alimentando novas oportunidades de comércios, atraindo lojas e novos serviços para o centro da cidade. A tabela a seguir apresenta o crescimento em relação aos dois últimos anos tanto no número de famílias cadastradas quanto de benefícios concedidos:

*Tabela 2- Crescimento PBF 2016 – 2017 (FONTE: Secretaria de Desenvolvimento Social)*

<b>FONTE</b>	<b>DEZ 2016</b>	<b>DEZ 2017</b>	<b>CRESCIMENTO</b>	<b>%</b>
Famílias Cadastradas	2140	2800	660	31%
Benefícios	6475	7197	722	11%
<b>Total de Recurso no ano</b>	<b>5.321.714,00</b>	<b>5.761.941,00</b>	<b>440.227,00</b>	<b>8%</b>

O pagamento do Bolsa Família é operado pela instituição financeira Caixa Econômica Federal (CAIXA), que é responsável pela emissão e entrega dos cartões e pelo atendimento aos beneficiários em seus canais de pagamento: agências, correspondentes lotéricos e correspondentes CAIXA. Para sacar o benefício, os contemplados se dirigem ao centro da cidade de Santa Inês, local com maior concentração de comércios, de pessoas, é onde é localizada o único canal de pagamento do município que é uma casa lotérica, quando necessário, os beneficiários são destinados as Agencias da Caixa dos municípios vizinhos. O centro da cidade acaba sendo o local de maior concentração de distintas classes sociais. Segundo Lopes (2010, p. 88), todavia, a coexistência de distintas classes sociais no mesmo espaço — uma das características do espaço urbano — não ocorre apenas nas grandes cidades, como se poderia depreender. A autora explica que, a coexistência de distintas classes sociais

<sup>4</sup> Ao todo, em 2017, sob o governo Temer, mais de um milhão de famílias foram excluídas do programa. O corte inclui cancelamentos e as chamadas suspensões para análise, sob alegação de que as análises permitem retirar famílias que não precisam mais do benefício e incluir outras que não recebiam.

ocorre também nos espaços menores, embora as distâncias entre estas classes não sejam tão grandes quanto nos grandes centros.

Em entrevista à Revista Valor, em fevereiro de 2018, Aninho MucumdramaIrachande, professor de ciência política da Universidade de Brasília (UnB), afirmou que o impacto na vida das cidades é muito grande, pois quanto mais beneficiários, mais dinamizada é a economia do lugar. Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78. A cobertura do programa é de 160,72% em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2018; BRASIL 2018 2). Ainda segundo a revista, de acordo com o secretário-executivo do MDS, Alberto Beltrame, o programa gera um círculo virtuoso de desenvolvimento na economia local, porque estimula a economia, melhora a renda e os indicadores sociais como um todo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda no mundo, reconhecido internacionalmente e exemplo para diversos países. O programa se consolidou e assumiu centralidade na política social brasileira. No nível internacional, é hoje referência em tecnologia de transferência de renda condicionada e está entre as ações mais efetivas de combate à pobreza (IPEA, 2014). Durante os governos de Lula e Dilma (2003 – 2015), o Programa foi um dos principais responsáveis por retirar o Brasil do Mapa da Fome da ONU e pela retirada de 39 milhões de pessoas da extrema pobreza no país.

O Bolsa Família atua no alívio das necessidades materiais imediatas, transferindo renda de acordo com as diferentes características de cada família. Mais que isto, no entendimento de que a pobreza não reflete apenas a privação do acesso à renda monetária, o Bolsa Família apoia o desenvolvimento das capacidades de seus beneficiários por meio do reforço ao acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, bem como da articulação com um conjunto amplo de programas sociais (IPEA, 2014).

As ideias desenvolvidas neste artigo partiram dos questionamentos sobre as transformações causadas e possíveis através Programa Bolsa Família nos últimos anos, tendo como recorte analítico o município de Santa Inês – BA, que se vê ameaçado diante da

reconfiguração política do país, sobretudo após o impeachment da presidente Dilma Rousseff<sup>5</sup>, quando, segundo o IBGE, percebeu-se um expressivo aumento da pobreza após 2016, acompanhado por significativos cortes no orçamento tanto do Programa como da Assistência Social, de modo geral.

Através dos dados apresentados, verificou-se que o Programa Bolsa Família, permanecendo a principal fonte de renda de mais de 2.737 das famílias em Santa Inês, o que contribui e impacta diretamente no desenvolvimento social e local do município e tem se afirmado com uma experiência bem-sucedida devido à sua ampla cobertura e ótima focalização (53%), e também aos relevantes impactos sobre as condições de vida da população santineense, contribuindo para a superação da pobreza e extrema pobreza e fortalecendo a autonomia da população historicamente desassistida dos direitos sociais e vítimas do assistencialismo político partidário, uma vez que, através dos recursos transferidos pelo governo federal as famílias beneficiárias passaram a ter acesso a novos hábitos de consumo.

Os dados são bastante significativos na constatação de que programas que se afirmam como políticas públicas compensatórias têm cumprido um papel inegável no enfrentamento à exclusão social, surtindo efeitos positivos para melhoria das condições de vida das famílias e contribuindo na qualidade de vida e bem-estar da população, além de impactar diretamente no desenvolvimento econômico e social local, uma vez que estimula a economia, melhora a renda, o consumo, a qualidade de vida e os indicadores sociais como um todo. No entanto, percebe-se a necessidade de pesquisas e avaliações continuadas sobre o Programa e suas manifestações e limitações, sobretudo no âmbito da rede de proteção social e da Política de Assistência Social.

---

<sup>5</sup>Temer recua após cortar à metade recursos do Bolsa Família para 2019 – Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/para-2019-temer-reserva-so-metade-dos-recursos-do-bolsa-familia-e-depois%20recua>. Acesso em: outubro/ 2018

Temer corta bolsa família de quase 1 milhão de famílias – Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/353794/Temer-corta-Bolsa-Fam%C3%ADlia-de-quase-1-milh%C3%A3o-de-fam%C3%ADlias.htm>. Acesso em: outubro / 2018

Antes de reajuste anunciado por Temer, governo tira 392 mil famílias do Bolsa Família. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/05/01/antes-de-reajuste-anunciado-por-temer-governo-tira-392-mil-familias-do-bolsa-familia.htm?cmpid=copiaecola> . Acesso em: outubro/ 2018

## REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, L. M. M. C. **Estrutura de governança e gestão das redes e programas de segurança alimentar: análise comparativa entre municípios paulistas**. Campinas, SP: UNICAMP - Faculdade de Engenharia Agrícola, 2008. 220 p. Relatório Técnico-Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país. Disponível em: <http://www.bv.fapesp.br/pt/bolsas/53104/estrutura-de-governanca-e-gestao-das-redes-e-programas-de-seguranca-alimentar-analise-comparativa-e/>. Acesso em: outubro/ 2018.

**Benefícios do Bolsa Família sustentam 21% da população do país**. Lucas Marchesini. Revista Valor Econômico. Brasília – DF. 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5306087/beneficios-do-bolsa-familia-sustentam-21-da-populacao-do-pais>. Acesso em: outubro/ 2018.

BERNARDO e SALAZAR; Denise Carneiro Dos Reis, German Torres, Programa Bolsa Família: valorizando as parcerias e as singularidades regionais; Disponível em: [http://www.achegas.net/numero/vinteedois/denise\\_e\\_german\\_22.htm](http://www.achegas.net/numero/vinteedois/denise_e_german_22.htm). Acesso em: outubro/2018.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Cadastro Único**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/cadastros/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>. Acesso em: setembro/ 2018. 3

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias beneficiadas. Relatório Técnico (preliminar). Rio de Janeiro: IBASE, 2008. 273p.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**. Comunicados da Presidência, 12 de janeiro de 2010. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1763](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1763). Acesso em: setembro. 2018

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania**: Sumário executivo / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília : Ipea, 2014. 87 p. : gráfs., mapas. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19366/programa-bolsa-familia-uma-decada-de-inclusao.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: outubro/ 2018.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). **Bolsa família**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em: setembro. 2018.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Relatório do **Bolsa família e CadÚnico** no seu município. Acesso em: outubro/ 2018. 2

BRASIL. Instituto Brasileiro Geografia e Estatística - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Brasília: IBGE, 2004**.

BURLANDY, L. **Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1441-1451, nov./dez.

2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232007000600007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600007). Acesso em: outubro/ 2018

CLARO, Danny Pimentel. Análise do Complexo Agroindustrial das Flores do Brasil. 1998. Dissertação de (Mestrado) - Universidade Federal Lavras. Disponível em:

JANNUZZI, P. M. **Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas.** Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, DF, v. 36, p. 251-275, 2011a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/228/212>. Acesso em: setembro/ 2018.

JANNUZZI, PM. **Avaliação de Programas Sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza.** Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.uniceub.br/media/994310/art.pdf>. Acesso em: setembro 2018.

LOPES, DM. **Cidades pequenas do semiárido: dinâmicas sociodemográficas e marginalização.** In: FERLIN, Diva Maria; HERIQUE, Wendel (organizadores) CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: TEORIAS, CONCEITOS E ESTUDOS DO CASO.— Salvador: SEI, 2010

SANTANA, J. A. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE, 2007, Belo Horizonte, MG. Resumo... Belo Horizonte, MG: Cedeplar/UFMG, 2007. p. 1-19.

SENNA, MCM, et al. Programa bolsa família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802007000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100010). Acesso em: setembro/ 2018.